

24/11/2009

SEGUNDA TURMA

AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 602.201 SÃO PAULO

RELATOR : MIN. EROS GRAU  
AGTE. (S) : CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO  
ESTADO DE SÃO PAULO  
PROC. (A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
AGDO. (A/S) : HELOISA HELENA ALANDEZI TORRIERI E  
OUTRO (A/S)  
ADV. (A/S) : WELLINGTON DE LIMA ISHIBASHI E OUTRO (A/S)

**EMENTA:** AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.  
MILITAR. PENSÃO. TOTALIDADE DOS VENCIMENTOS.

O valor da pensão deixada por militar corresponde à  
totalidade dos vencimentos ou proventos por ele percebidos.

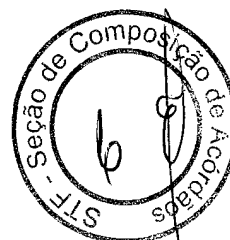
Agravo regimental a que se nega provimento.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os  
Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a  
Presidência da Senhora Ministra Ellen Gracie, na conformidade da ata  
de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos,  
em negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do  
Relator.

Brasília, 24 de novembro de 2009.

EROS GRAU - RELATOR



24/11/2009

SEGUNDA TURMA

AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 602.201 SÃO PAULO

RELATOR : MIN. EROS GRAU  
AGTE. (S) : CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO  
ESTADO DE SÃO PAULO  
PROC. (A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
AGDO. (A/S) : HELOISA HELENA ALANDEZI TORRIERI E  
OUTRO (A/S)  
ADV. (A/S) : WELLINGTON DE LIMA ISHIBASHI E OUTRO (A/S)

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO Eros Grau: A decisão agravada tem o seguinte teor:

"Trata-se de recurso extraordinário em que se discute a constitucionalidade do direito à percepção da integralidade dos valores relativos à pensão por morte.

2. Deixo de apreciar a existência da repercussão geral, vez que o art. 323, § 1º, do RISTF dispõe que '[t]al procedimento não terá lugar, quando o recurso versar questão cuja repercussão já houver sido reconhecida pelo Tribunal, ou quando impugnar decisão contrária a súmula ou a jurisprudência dominante, casos em que se presume a existência de repercussão geral'.

3. O Supremo, no julgamento do AI n. 548.235-AgR, de que fui relator, DJ de 9.6.06, fixou o seguinte entendimento:

'EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONSTITUCIONAL. EX-SERVIDORES DA FEPASA. REGIME ESTATUTÁRIO. PENSIONISTAS. PENSÃO INTEGRAL. AUTO-APLICABILIDADE DO ARTIGO 40, § 5º (ATUAL § 7º) DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. 1. Orientação de ambas as Turmas deste Tribunal no sentido de que os antigos ferroviários que atuavam perante a extinta FEPASA estavam submetidos ao regime jurídico estatutário e não à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. 2. Recebimento de pensão por morte no valor da totalidade dos vencimentos ou proventos dos servidores falecidos, à luz do auto-aplicável art. 40, § 5º (atual § 7º), da Constituição do Brasil,

**RE 602.201-AgR / SP**

observado o teto inscrito no art. 37, XI, da CB/88. Precedentes. Agravo regimental a que se nega provimento'.

Dou provimento ao recurso com fundamento no disposto no art. 557, § 1º-A, do CPC."

2. Inconformada com a decisão supra, a agravante interpõe o recurso de fls. 182-183, no qual requer o provimento do agravo regimental.

É o relatório.

24/11/2009

SEGUNDA TURMA

AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 602.201 SÃO PAULOV O T O

O SENHOR MINISTRO Eros Grau (Relator): O agravo não merece prosperar.

2. O Supremo, ao julgar o RE n. 204.313, Relator o Ministro Marco Aurélio, DJ de 26.9.97, reconheceu a constitucionalidade da correspondência entre o valor da pensão deixada por militar e a totalidade dos vencimentos ou proventos por ele percebidos:

"PENSÃO - LIMITE. A norma inserta na Constituição Federal sobre o cálculo de pensão, levando-se em conta a totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, tem aplicação imediata, não dependendo, assim, de regulamentação. A expressão contida no § 5º do artigo 40 do Diploma Maior ('até o limite estabelecido em lei') refere-se aos tetos também impostos aos proventos e vencimentos dos servidores. Longe está de revelar permissão a que o legislador ordinário limite o valor da pensão. Precedente: agravo regimental no mandado de injunção nº 274-6/DF, em que funcionei como Relator, cujo acórdão foi publicado em 3 de dezembro de 1993".

3. No mesmo sentido, o RE n. 175.349, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 30.5.97:

"E M E N T A: RECURSO EXTRAORDINÁRIO - PENSÃO POR MORTE DO SERVIDOR PÚBLICO - CF, ART. 40, § 5º - AUTO-APLICABILIDADE - RE CONHECIDO E PROVIDO. - A garantia jurídico-previdenciária outorgada pelo art. 40, § 5º, da Carta Federal deriva de norma provida de eficácia plena e revestida de aplicabilidade direta, imediata e integral. Esse preceito da Lei Fundamental qualifica-se como estrutura jurídica dotada de suficiente densidade normativa, a tornar prescindível qualquer mediação

**RE 602.201-AgR / SP**

legislativa concretizadora do comando nele positivado. Precedentes. - O valor da pensão por morte, que deve corresponder à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, está sujeito, unicamente, ao limite a que se refere ao art. 37, XI, da Constituição Federal".

Nego provimento ao agravo regimental.

**SEGUNDA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 602.201**

PROCED.: SÃO PAULO

**RELATOR : MIN. EROS GRAU**

AGTE.(S): CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROC.(A/S)(ES): PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

AGDO.(A/S): HELOISA HELENA ALANDEZI TORRIERI E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S): WELLINGTON DE LIMA ISHIBASHI E OUTRO(A/S)

**Decisão:** A Turma, à unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, neste julgamento, os Senhores Ministros Celso de Mello e Cezar Peluso. **2ª Turma**, 24.11.2009.

Presidência da Senhora Ministra Ellen Gracie. Presentes à sessão os Senhores Ministros Joaquim Barbosa e Eros Grau. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Celso de Mello e Cezar Peluso.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Mário José Gisi.

Carlos Alberto Cantanhede  
Coordenador